

## Direito e processo contraordenacional - regime geral

Online



16 horas

Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1367

Num contexto em que as entidades da Administração Pública enfrentam crescentes exigências de rigor e eficácia no tratamento das contraordenações, é essencial dotar os seus quadros técnicos e jurídicos de um conhecimento sólido do regime geral aplicável.

O curso de formação **Direito e Processo Contraordenacional - Regime Geral** foi especialmente concebido para responder a este desafio, proporcionando uma visão prática e atualizada das normas e procedimentos que regulam o processo contraordenacional, assegurando maior segurança na instrução e decisão dos processos e prevenindo riscos de nulidades ou anulabilidades que possam comprometer a atuação administrativa.

### Destinatários



#### Para Quem?

- Profissionais que trabalhem ou pretendam trabalhar na fiscalização e tramitação de processos de contraordenação.



#### Pré-requisitos:

- Não aplicável.

### Percorso de aprendizagem

#### Do direito das contraordenações

- O direito contraordenacional e o direito penal
- Princípios do direito das contraordenações
- Aplicação da Lei no tempo e no espaço
- A responsabilidade contraordenacional
- O facto típico
- O facto ilícito
- O facto culposo
- O facto tentado
- A autoria e a cumplicidade
- A participação
- A reincidência
- Concurso de infrações
- As consequências jurídicas das contraordenações
  - A sanção principal
  - As sanções acessórias
- O regime da prescrição
  - A prescrição do procedimento
  - A prescrição da coima e sanções acessórias

## Do direito processual das contraordenações

- A fase administrativa do processo de contraordenação
  - O regime da competência em razão da matéria e do território
  - Os intervenientes processuais
  - A notícia da prática da contraordenação
  - A instauração do processo contraordenacional
  - A instrução do processo contraordenacional
    - A acusação
    - A defesa
    - A prova
    - Processo de apreensão
    - O regime de notificações
    - O pagamento voluntário da coima
  - A decisão
    - As custas
    - O cumprimento voluntário
    - O cumprimento coercivo - o processo de execução
- A fase judicial do processo de contraordenação
  - A impugnação judicial
  - A intervenção da autoridade administrativa
  - A proibição da reformatio in pejus
  - A decisão judicial
  - O recurso da decisão
- O processo contraordenacional e o processo criminal
- Decisão definitiva, caso julgado e revisão



### Objetivos

No final da formação os participantes deverão ser capazes de:

- Identificar os elementos necessários para a correta tramitação de procedimentos de fiscalização;
- Tramitar adequadamente os processos de contraordenação;
- Promover os procedimentos adequados à instauração, instrução e decisão de processos de contraordenação;
- Fomentar a salvaguarda do interesse público através do direito das contraordenações;
- Contribuir para o aumento da eficácia das decisões administrativas;
- Compreender o papel das entidades públicas durante a fase judicial do processo de contraordenação.



### Métodos pedagógicos

- Expositivo e ativo.



### Pontos fortes

- Possibilidade de explorar as mais recentes posições jurisprudenciais e doutrinárias, consolidando conhecimentos, partilhando boas práticas de gestão processual e refletindo sobre casos reais.

## Formador



### **José Augusto Gonçalves Ferreira**

Licenciado em Direito pela Universidade do Minho, com especialização em Direito Tributário e Fiscal, e pós-graduado em Contratação Pública pela Faculdade de Direito de Coimbra, desenvolveu a sua carreira no Direito Público, tendo sido advogado e jurista na CCDR-N, onde atuou em matérias de autarquias locais, ambiente e ordenamento do território.

É autor e coautor de várias obras e artigos em direito administrativo e contraordenações, membro ativo da ADA e da AEDREL, e integra o Conselho Superior da Ordem dos Advogados. Atualmente, é Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira do Município de Fafe e formador em diversas instituições nas áreas do direito administrativo e das contraordenações.